

MEMÓRIAS DE UMA AUSÊNCIA: HISTÓRIA DA IGREJA – DISCIPLINA AUSENTE NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DO BRASIL

*Wilson Santana Silva**

RESUMO

A historiografia eclesiástica, de Eusébio de Cesaréia até o Iluminismo, exerceu papel importante no pensamento ocidental. No período posterior, ganhou contornos mais críticos e científicos. No Brasil a historiografia da igreja ainda está em formação. Por serem realidades nacionais, o protestantismo e o catolicismo merecem análises mais abalizadas e de contornos científicos. Isto feito, a historiografia religiosa muito contribuirá para a compreensão dos elementos que formaram a sociedade brasileira. Atualmente, observa-se que existe uma lacuna da pesquisa no campo das religiosidades.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia; Historiografia da igreja; Censura; Historiografia protestante; Catolicismo e protestantismo.

INTRODUÇÃO

Atualmente ocorre um despertar do interesse por textos relacionados à história eclesiástica. A leitura de obras de história da igreja tem aumentado nestas duas últimas décadas. Temas ligados à patrística, história do dogma, história da Reforma, pensamento cristão, bem como ao catolicismo e protestantismo brasileiro têm atraído para a sua esfera muitos estudantes, leitores leigos e pesquisadores. Entende-se que os seminários e escolas teológicas têm

* O autor é mestre em Ciências da Religião e leciona história da igreja no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição e na Escola Superior de Teologia, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É pastor da Igreja Presbiteriana do Jardim Marilene, em Diadema (SP) e professor visitante no CPAJ.

contribuído grandemente para que os alunos se envolvam cada vez mais com tais assuntos. Se, por um lado, observa-se um bom número de interessados pela história, por outro lado, os frutos desse interesse são quase inexistentes. É evidente que esse interesse momentâneo não expressa a realidade brasileira, porque historicamente, se houve anseio pela história, foi por uma versão triunfante, política, dos vencedores. O que está sendo colocado é que pouco material sobre temas relacionados à igreja tem sido discutido, produzido e publicado.¹ Existe no Brasil uma verdadeira crise na historiografia religiosa. Uma rápida consulta em bibliotecas servirá para confirmar essa afirmação. Assim sendo, a produção nessa área do conhecimento segue passos lentos. Fica muito difícil, hoje em dia, tratar de historiografia da igreja brasileira.² Não se conhecem no Brasil documentos que lidam com o assunto com seriedade e rigor acadêmico. Arnaldo Momigliano levanta uma questão muito pertinente, a saber, “se a história eclesiástica tem o direito de existir nas atuais condições da pesquisa histórica”.³ É evidente que a sobrevivência da historiografia eclesiástica dependerá em muito da atuação dos pesquisadores e estudiosos do assunto. Atualmente poucas publicações sobre a história religiosa do Brasil têm aparecido no mercado e é bem provável que nem mesmo os consumidores da literatura histórica tenham conhecimento dessas publicações.

A historiografia eclesiástica brasileira é quase inexistente e isto em pleno século 21. Quais são as causas dessa lacuna? Por que a religião é olhada com tanta desconfiança? Os fenômenos religiosos não significam nada para os estudiosos? E a contribuição da cultura protestante na formação do caráter nacional?

Para surpresa de muitos, nos últimos tempos essa superfície vem sendo arranhada e alguns estudos no campo das religiosidades têm servido para demonstrar a importância do assunto, e ao mesmo tempo a sua inexplicável ausência nessa historiografia. Ronaldo Vainfas, professor de história moderna, em artigo recente qualifica tal ausência como “uma lacuna de nossa historiografia”.⁴

Nos países europeus, a historiografia da Igreja até o Iluminismo desenvolveu-se como disciplina importante, porém desprovida de metodologias

¹ O modelo de estudo historiográfico seguido neste artigo tem por finalidade saber como um determinado tema tem sido tratado ao longo do tempo, por diferentes autores e obras, ou da perspectiva das tendências ou escolas históricas. Cf. SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 23.

² Entende-se que um dos fins da historiografia, independente da área, é “oferecer-se para dirigir os olhares ao já visto, encarecendo-lhes: ‘Olhem novamente’”. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 7.

³ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 216.

⁴ *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais! (28 nov 2004).

críticas e acadêmicas. O Iluminismo, por sua vez, contribuiu para o estudo histórico com uma abordagem científica e analítica. Nos Estados Unidos, tem aumentado a preocupação não só em registrar os fenômenos religiosos, mas em recuperar a história das religiões.

No Brasil, o que ainda prevalece é um silêncio injustificável, motivado pela indiferença e preconceitos. Um país que expressa sentimentos religiosos tão diversificados e multifacetados nos âmbitos rural e urbano, de norte a sul, convive com essa indiferença com relativa naturalidade. Não é mais possível aceitar comportamentos que insistem em desprezar os estudos das religiosidades. Este artigo procura investigar e levantar questões relacionadas à ausência dos elementos religiosos nos debates promovidos pela sociedade brasileira.

Neste estudo, tem-se em mente não deixar essa lacuna cair no esquecimento e, ao mesmo tempo, enfatizar que um dos papéis fundamentais do resgate historiográfico é

desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem impor-lhes de antemão conceitos e categorias abstratas. Estas terão de dar precedência à interpretação através das condições de vida de grupos sociais que mal começamos a discernir através de parâmetros ideológicos e distantes daqueles que os relegaram a um lugar subordinado, subalterno ou de antemão configurado.⁵

O texto tem a preocupação de salientar essa omissão no Brasil e, ao mesmo tempo, narrar brevemente aquilo que se constituiu numa estrutura para a historiografia da igreja. Para isto, o artigo foi dividido em seis partes: 1. Origens da historiografia eclesiástica; 2. Reforma; 3. Pós-Reforma; 4. Historiografia brasileira; 5. Historiografia da igreja brasileira; 6. Breve historiografia do protestantismo nacional.

1. ORIGENS DA HISTORIOGRAFIA ECLESIÁSTICA

A história deve ser entendida e defendida como uma disciplina profissional sintonizada com a modernidade.⁶ Georg G. Iggers afirma que “a crítica pós-moderna não destruiu o compromisso do historiador em seu esforço para capturar o real, bem como sua crença numa lógica da investigação”.⁷ Para muitos a história está comprometida com a produção de um conhecimento objetivo sobre o passado por intermédio de um processo de pesquisa metodologicamente controlado. Isto significa que a verdade sobre o passado seria

⁵ Cf. SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 59.

⁶ “A história envolve toda descoberta importante sobre o passado que muda o que pensamos sobre o presente e o que esperamos sobre o futuro. Daí a grande importância da história profissional”. Cf. SILVA, *História da historiografia*, p. 158.

⁷ *Ibid.*, p. 122.

reconstruída por intermédio da correspondência do conhecimento com uma realidade objetiva que foi o passado “tal como realmente ocorreu”. Segundo Iggers, essas construções teóricas sobre o escrever história “estiveram presentes na narrativa histórica desde Heródoto, passando por Ranke até o limiar do século XX”.⁸ Dessa maneira, a história possui uma relação especial com a verdade. Suas construções narrativas visam à reconstrução do passado que realmente teria ocorrido. Essa referência à realidade preexistente ao texto histórico e situado fora dele possui a função de produzir um relato inteligível. É o que constitui a história e que a distingue da fábula ou da falsificação. Rogério Forastieri acentua a análise feita por Iggers sobre conceitos historiográficos e o papel do historiador. Se Iggers pensou e aceitou a história da forma descrita acima não sabemos, porém sua análise desde Heródoto até Ranke foi que a história possuiu a função de produzir um relato inteligível e com uma relação especial com a verdade.⁹

Arnaldo Momigliano, historiador italiano, aponta Eusébio de Cesaréia¹⁰ como o “inventor da história eclesiástica”.¹¹ Eusébio define o propósito de sua obra no parágrafo inicial:

Meu propósito foi o de registrar por escrito a sucessão de apóstolos sagrados que vai do período de nosso Salvador até nossa época; o número e a natureza dos atos registrados na história da igreja; o número daqueles que foram destacados em seu governo...; o número daqueles que em cada geração foram embaixadores de Deus pela fala e pela escrita; os nomes, o número e a idade daqueles que, levados pelo desejo de inovação ao ponto extremo do erro, se anunciaram como introdutores do conhecimento, falsamente assim chamado. A isto tudo acrescentarei o destino que atingiu toda a nação dos judeus... e além disto o número e a natureza e os tempos das guerras empreendidas pelos pagãos contra a palavra divina...e além disto os martírios.¹²

O cristianismo, que em essência é uma religião histórica, segundo Marc Bloch, considera *Atos dos Apóstolos* um livro histórico por excelência. Porém,

⁸ Cf. Ibid.

⁹ “A história, reconheciam os filósofos, devia ser ‘veraz’ ou não poderia pretender ‘instruir e esclarecer’ o leitor no processo de o ‘entreter e deleitar’. O que estava em debate, então, era o critério pelo qual se devia reconhecer a verdade. Em suma, qual era a forma que a verdade tinha de assumir?” Cf. WHITE, Hayden. *Meta-história, a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 72.

¹⁰ “A obra de Eusébio (265–341 d.C.), bispo de Cesaréia e pai da história cristã, inscreve-se na lógica providencialista”. Cf. TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2000, p. 34.

¹¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 195.

¹² EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História eclesiástica: os primeiros quatro séculos da igreja cristã*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1999, p. 15.

ele não tem uma continuação, e este é um aspecto importante para a historiografia cristã.¹³ Duzentos anos mais tarde, surgiu com Eusébio uma forma de se construir a história do cristianismo sobre outras bases: ele não estava preocupado em princípio com a difusão do cristianismo pela propaganda e pelo milagre, mas com a sua sobrevivência diante da perseguição e da heresia, de onde sairia vitorioso.

O novo vigor, a nova metodologia e o uso dos documentos, ferramentas utilizadas por Eusébio,¹⁴ não foram suficientes para descaracterizar a velha imagem de uma história pobre da igreja. Alguns pensadores acreditam que a história da igreja antiga não passou de uma “disciplina menor, auxiliar e que só serviu para edificar e alimentar, após a teologia e a liturgia, uma dialética voltada para a veneração do divino, a celebração da igreja, a conversão e a evangelização”.¹⁵ Outros estudos no campo historiográfico ensinam que o ponto de partida da escrita histórica eclesiástica no Ocidente está na tradução da *História Eclesiástica* de Eusébio para o latim, por Rufino.

Obra despreziosa e dotada de uma simplicidade aparente, em sua estrutura e documentação,

a História Eclesiástica de Eusébio foi um dos protótipos mais confiáveis jamais criados pelo pensamento antigo: com efeito, foi o último grande modelo elaborado pelos historiadores antigos para o benefício das gerações posteriores.¹⁶

O mundo político no qual estava inserida a igreja já não demarcava com facilidade as esferas do sagrado e do secular. Uma igreja no poder dificilmente conseguiria se separar do Estado em que exercitava esse poder. Como lidar com as relações muito terrenas mantidas por esta instituição divina com outras instituições em termos de poder, violência e mesmo de reivindicações territoriais? Esse foi um grande desafio para os discípulos de Eusébio.

“Em particular os historiadores que seguiam a corrente eusebiana reconheciam a existência da história política”.¹⁷ Esse é um ponto de grande importância prática porque significa que a ascensão da história eclesiástica não implicava em uma interrupção da escrita da história política mais comum. É verdade que nos séculos 4º e 5º a história política era deixada principalmente nas mãos de historiadores não cristãos.

¹³ MOMIGLIANO, *Raízes clássicas da historiografia moderna*, p. 197.

¹⁴ “Eusébio organiza a cronologia em torno do saber bíblico, da Criação ao Juízo Final. Esta perspectiva afirma o desejo de fazer da história eclesial um conhecimento, comum e revelado, apto a concorrer com a cultura greco-latina e a perenizar o esforço dos primeiros evangelizadores. Em Eusébio, a história da humanidade, sendo revelada, não permite mais lacunas, nem dúvidas: daí sua inclinação universalista e enciclopedística”. Cf. TÉTART, *Pequena história dos historiadores*, p. 35.

¹⁵ *Ibid.*, p. 33.

¹⁶ MOMIGLIANO, *Raízes clássicas da historiografia moderna*, p. 198.

¹⁷ *Ibid.*, p. 200.

Sobre os remanescentes da historiografia eusebiana comenta Arnaldo Momigliano:

É provável que João de Éfeso, que escreveu na Síria em aproximadamente 585 d. C., e Evagrio Escolástico que terminou a sua história depois de 594, são os últimos historiadores eclesiásticos que podem reivindicar uma descendência direta de Eusébio. A História Eclesiástica aqui acompanhava o declínio geral da historiografia. O historiador bizantino Nicéforo Calisto, que tentou reviver a história eclesiástica em 1320 – claramente sob o impacto das novas ligações com o Ocidente – queixava-se de que Evagrio não tivera um sucessor. Assim, aceitava-se esta lacuna no Oriente.¹⁸

O tipo de história de Eusébio permaneceu bem conhecido dos leitores do Ocidente, e houve pelo menos uma tentativa de revivê-la.

A tradução de Eusébio feita por Rufino foi lida durante toda a Idade Média. Ela era, sem dúvida, conhecida de Gregório de Tours, Beda, Isidoro, e mesmo em Santo Agostinho encontramos algumas referências eloqüentes ao seu nome.¹⁹

A noção de história em Santo Agostinho assume uma forte conotação teológica. Em sua obra *A Cidade de Deus* é patente a dualidade do reino celeste com uma pátria terrestre. Suas afirmações a respeito da história humana, da encarnação, de Deus e das provas de sua existência e onipotência transformaram essa obra no “tratado fundamental da teologia cristã da história”, conforme H.–I. Marrou.

O desencanto de Agostinho diante do desmoronamento do glorioso Império Romano se concretizou quando sua sede episcopal também caiu nas mãos dos valentes guerreiros considerados “bárbaros” pelos romanos. Após a morte de Agostinho em 430, a cristandade sentiu a perda de um Império e de um teólogo por excelência. Um dos grandes responsáveis pela preservação da cultura cristã ocidental, após Agostinho, foi Severino Boécio. O papel desempenhado por Boécio é um capítulo à parte. Foi ele quem conseguiu preservar e transmitir o pensamento e a cultura cristã para as gerações posteriores influenciadas pelas tribos do norte.

Pouco se comenta dos monges copistas anônimos. Na maioria das vezes eram peritos na arte de copiar e compilar o passado, cujo centro era sempre Deus. Os mosteiros desse período tornaram-se verdadeiros centros e ateliês de história. A história eclesiástica, portanto, garantiu a sua sobrevivência pelas atividades desenvolvidas nestes ambientes.²⁰ Carlos Magno, no século 9º, foi

¹⁸ MOMIGLIANO, *Raízes clássicas da historiografia moderna*, p. 203-204.

¹⁹ *Ibid.*, p. 205.

²⁰ Cf. TÉTART, *Pequena história dos historiadores*, p. 39.

o grande propagador da cultura cristã. Seus programas educacionais até hoje servem de modelo e inspiração para a implantação de escolas.

Dessa forma, cada vez mais a história da Igreja ia ganhando contornos circunstanciais. A política e a sociedade dos séculos 11 a 14 eram determinantes em uma cultura que ainda não tinha marginalizado os conteúdos históricos. A Idade Média era muito propícia para o surgimento de textos que particularmente priorizavam as individualidades. A igreja era caracterizada por aspectos que a diferenciavam das demais instituições. Sua tendência, nesse período, era lidar com generalizações, e assim sendo colocava em perigo as suas peculiaridades.

2. A REFORMA

A excelente obra de James E. Bradley e Richard A. Muller, *Church History: An Introduction to Research, Reference Works, and Methods* (História da Igreja: Uma Introdução à Pesquisa, Obras de Referência e Métodos),²¹ oferece uma análise histórica precisa do desenvolvimento da historiografia eclesiástica do século 16 ao século 20. Trata-se de uma obra esclarecedora e erudita, na qual fica evidente o domínio dos autores sobre o tema. As seções sobre a Reforma e a Pós-Reforma neste artigo seguiram a estrutura de parte de um capítulo desse livro.

O novo modelo de história eclesiástica proposto por Eusébio foi recuperado com todo o vigor durante a Reforma,²² do mesmo modo que a forma política de história típica de Tucídides fora retomada pela vida política italiana na época do humanismo. O modelo de Eusébio agia mais diretamente do que o modelo de Tucídides. Eusébio era o modelo de historiador universal da Igreja. Sua preocupação com as sés apostólicas era ainda útil e suas coleções de documentos e citações foram um ponto de partida para as pesquisas eruditas posteriores.

A grande preocupação dos humanistas em voltar aos clássicos tornou o século 16 mais rigoroso quanto à documentação do que os séculos anteriores. É evidente que muitas das dificuldades levantadas por Eusébio não pertenciam ao século da Reforma, porém seu envolvimento o colocava no meio das lutas historiográficas. Outra questão importante que ocorreu na historiografia da Reforma foi a tentativa de se resgatar a verdadeira igreja nos moldes da igreja primitiva. Tudo o que fugisse dessa imagem seria considerado falso.

Seguindo outra metodologia, Eusébio procurava apresentar uma igreja vencedora, principalmente porque havia superado todas as dificuldades das

²¹ BRADLEY, James E. e MULLER, Richard A. *Church history: an introduction to research, reference tools, and methods*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1995.

²² Em 1519, a tradução de Rufino foi lida por Lutero. Muitos contemporâneos de Lutero conheciam Eusébio de cor, e o mesmo pode ser dito de todos os historiadores eclesiásticos que trabalharam depois deles, seja no campo protestante, seja no campo católico.

perseguições. Eusébio evidenciava em seus escritos o triunfalismo da igreja cristã – o mundo em breve conheceria a nova ordem de Cristo. Nas últimas décadas do século 16, os líderes religiosos mostravam preocupações com a igreja; porém, a maior preocupação era com as instituições e dogmas.

Toda a produção acadêmica e religiosa passava por mudança inesperada nesse período.²³ Vale recordar o alto preço e a difícil tarefa que era manusear documentos que serviam de registros para preservar o pensamento da antiguidade. O trabalho dos copistas não encontra equivalentes nos dias atuais. Se um aluno, no início do século 15, resolvesse consultar determinados documentos, cabia-lhe a tarefa de examinar quilos e mais quilos de pergaminhos centenários. O deslocamento desses documentos para fora das academias era quase impossível. Se provassem a necessidade de copiar determinadas partes de documentos, deveriam levá-los a um copista especializado, que gastava dias passando as informações de pergaminho para pergaminho. Esse tipo de serviço, além de muito caro, demandava habilidades encontradas apenas nos praticantes desse ofício.

A invenção da imprensa provocou uma grande revolução neste ambiente. No entanto, a maior de todas as revoluções no campo das letras foi a utilização original do papel. Este provocou uma revolução nas mesmas proporções provocadas pela imprensa. O papel era leve, de fácil manuseio, limpo e com preço reduzido a um décimo do seu rival, o pergaminho. A opção por esse material e o seu uso na imprensa criou a maior de todas as revoluções no campo da produção literária. Os livros, agora em tamanhos reduzidos, leves e de fácil manuseio, ganharam a simpatia dos editores, leitores, comerciantes e impressores. Os primeiros documentos impressos foram de caráter religioso. A Bíblia de Gutenberg é um símbolo, até hoje, da independência dos impressores e da imprensa.

A história da igreja, os catecismos, as primeiras regras de fé, as teses luteranas, as *Institutas* de João Calvino²⁴ e tantos outros documentos impor-

²³ “O impulso do século XVI funda uma ruptura com “as trevas góticas”. Traz os conceitos fundamentais de relatividade, de subjetividade. Entre dúvida e razão, os historiadores trabalham com um estado de espírito novo, metódico, raramente perturbado pelos arcaísmos ou profetismo. Outra virada da modernidade: a legitimação do enfoque documental”. Cf. TÉTART, *Pequena história dos historiadores*, p. 61-62.

²⁴ “João Calvino (1509-1564), natural da Picardia, em 1534, renuncia aos benefícios eclesiásticos que usufruía desde a idade de doze anos e, em 1536 e 1541, publica, sucessivamente em latim e em francês, *Institution de la religion chrétienne*. Em 1536, chamado por Guilherme Farel em Genebra, ele modela uma comunidade humana tendo como base a religião evangélica. Genebra torna-se centro de formação dos pastores que serão enviados para todas as comunidades francesas e que permitirão a unidade da Igreja Evangélica Reformada. Fiel aos métodos de Erasmo, Calvino organiza a Academia na qual o grego, o hebraico, os autores profanos da Antiguidade, os textos bíblicos e dos padres são julgados indispensáveis à formação do estilo e da eloquência. Academias protestantes parecidas serão criadas em Châtillon, Saumur, Orthez, Montauban e Orange e precedem a instalação dos colégios jesuítas. Organizador religioso, mas também grande escritor, Calvino foi, de um certo modo, fundador da prosa francesa com a *Institution* e seus tratados”. Cf. WILLEMART, Philippe. *A Idade Média e a Renascença na literatura francesa*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 42-43.

tantes da Reforma receberam todos os benefícios dessa nova maneira de se construir um livro. A história da primeira edição e impressão das *Institutas* é um capítulo à parte que merece análise mais cuidadosa.²⁵

Não há dúvida de que as contribuições de Eusébio e seus seguidores foram fundamentais para colocar em nível acadêmico a historiografia da igreja. Caberia aos intelectuais religiosos dos séculos seguintes colocar a história da igreja cristã no mesmo nível de qualquer história da sociedade humana.

3. PÓS-REFORMA

Até a primeira metade do século 18, o estudo da história da igreja não era tecnicamente crítico²⁶; era quase que invariavelmente escrito a partir de um ponto de vista confessional. Philip Schaff demarcou de forma bastante proveitosa a emergência da historiografia moderna da igreja. No catolicismo a tradição da igreja tinha um papel muito mais proeminente em termos normativos de doutrina e teologia do que no protestantismo.

Ao se voltar à Reforma Protestante e aos seus desdobramentos no século 17, é perceptível uma abordagem do passado mais crítica. Somente a Bíblia, como princípio norteador, influenciou profundamente o entendimento dos reformadores tanto sobre a história da igreja quanto sobre a teologia.

Para os protestantes dos séculos 16 e 17, a Idade Média foi uma era particularmente problemática, e havia a tentação freqüente de encarar o período da história que vai de Santo Agostinho ao século 16 como a “era das trevas”. Os protestantes que eram estudiosos dos dogmas, a começar por Andréas Hyperius, argumentaram consistentemente que houve um declínio do pensamento na era escolástica. Historiadores da igreja dos séculos 16 e 17 viram o passado da igreja em termos de ortodoxia ou heresia.

Só foi possível produzir a moderna historiografia crítica da igreja na metade do século 17, a partir de duas alterações básicas de perspectiva: em primeiro lugar, uma maior preocupação científica com a análise de documentos originais e, em segundo lugar, a liberdade de interpretar essas fontes de uma forma que não levasse a um objetivo predeterminado, ou ao menos previsível.

Deve-se destacar o Iluminismo, apesar de ter sido a causa do deslocamento do eixo religioso, pelo fato de trazer para o ambiente religioso, marcado por grandes disputas, uma atmosfera de tolerância e abordagens empíricas quanto aos documentos utilizados como fontes.

²⁵ Emmnuel Le Roy Ladurie escreveu obra clássica narrando esse e outros fatos (*O mendigo e o professor*).

²⁶ Para Ernst Cassirer a consolidação e o desenvolvimento da história como disciplina ocorreu ainda no século 18. Ele agrupa alguns historiadores: Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), David Hume (1711-1776), William Robertson (1721-1793) e Edward Gibbon (1737-1794). Ver SILVA, *História da historiografia*, p. 79.

Johan Lorez von Mosheim, reitor de Göttingen, rompeu com a antiga subjetividade dos historiadores. Sua excepcional *Institutas de História Eclesiástica*, de 4 volumes, apresenta uma objetividade inovadora. Ele é considerado o pai da historiografia da igreja. O trabalho de Mosheim foi o texto preeminente por mais de um século e, em tradução inglesa, foi usado na maioria dos seminários americanos durante quase todo o século 19.

O estilo crítico e objetivo foi novidade no trabalho de Mosheim. Suas *Institutas* fizeram dessa objetividade crítica uma preocupação metodológica central: “Meu cuidado principal”, escreveu ele,

foi relatar os eventos com fidelidade e autoridade. Para esse propósito, fui às próprias fontes de informação, aos melhores autores de todas as épocas, e dentre estes àqueles que viveram próximo ou dentro da época de que trataram.²⁷

Mosheim desconfiava dos trabalhos de autores que viveram antes dele, pois essas obras tinham sido escritas com base em crônicas escritas anteriormente. Tal prática, ele continua, “é acompanhada desse mal que perpetua os erros, que estão prontos a abundar em qualquer trabalho grande e volumoso, fazendo com que eles passem de um único livro a tantos outros”.

Quando Mosheim ia aos documentos originais ele não estava preocupado apenas em obter informações. Ele também foi muito cuidadoso ao citar suas fontes para auxiliar os leitores a avaliar o seu trabalho. A tentativa de Mosheim de alcançar objetividade metodológica, em contraste com praticamente todos os seus antecessores, torna-se mais evidente em seus comentários sobre o tratamento das heresias:

A história dessas comoções ou heresias deveria ser plena e precisa. Esse trabalho, se feito de forma sábia e imparcial, valerá a pena; mas ele é árduo e difícil. Pois os líderes desses grupos têm sido tratados de forma muito injusta e suas doutrinas têm sido mal-apresentadas. Não é fácil chegar à verdade em meio a tanta escuridão, pois a maioria dos escritos daqueles chamados heréticos se perdeu. Aqueles, portanto, que se aproximam dessa parte da história da igreja devem deixar de lado qualquer idéia ofensiva do nome herético, e considerá-lo como usado simplesmente de uma forma geral para designar um homem que, por sua culpa, ou pela de outro, deu ocasião a guerras e desacordos entre cristãos.²⁸

A abordagem dos materiais históricos feita por Mosheim também foi muito além da mera narrativa ou crônica na tentativa de explicação histórica. O historiador, ele argumenta, “deve dizer não só o que foi feito, mas tam-

²⁷ MOSHEIM, Johan Lorenz von. *Institutes of ecclesiastical history, ancient and modern*, Trad. por J. Murdock. 4 vols. Londres: Longman & Co., 1841.

²⁸ MOSHEIM, *Institutes*, vol. 1, p. 18.

bém porque isso ou aquilo aconteceu, ou seja, os eventos devem ser unidos a suas causas”.

No entender de Mosheim, os “fatos nus” servem apenas para distrair os leitores, enquanto que a “explicação das razões” por detrás dos fatos, com o devido cuidado para não “fabricar causas”, serve ao leitor por “aguçar seu poder de discernimento e torná-lo mais sábio”.²⁹ Mesmo assim, Mosheim estava bem alerta para os perigos característicos com que o historiador se depara, como o anacronismo, a reverência descabida pela autoridade e preconceitos:

O tempo em que nós vivemos normalmente tem tanta influência sobre nós que medimos as eras passadas por ele, pensando que anteriormente o que deveria ser feito ou deveria ser impossível é o que hoje está feito ou é impossível. Em seguida as pessoas cujo testemunho deve-se usar, especialmente aquelas que têm sido conhecidas ao longo dos anos por sua santidade e virtude, freqüentemente nos levam ao erro por sua autoridade. Por último, o amor à opinião e doutrinas que gozam de nossa afeição freqüentemente constringe nossas mentes, e mesmo inconscientemente podemos ter visões errôneas dos fatos. Essa servidão tripla deve, portanto, com toda as nossas forças, ser arrancada de nossas mentes.³⁰

Dessa forma, o Iluminismo contribuiu com uma abordagem crítica e analítica ao estudo histórico. Entretanto, em seu entusiasmo com o seu próprio Iluminismo, muitos contemporâneos e sucessores de Mosheim demonstraram um certo desprezo pelo passado, ou, de outra forma, foram tentados a ver toda a história progredindo em direção aos objetivos do Iluminismo. Em uma seqüência curta, o século 18 viu o desenvolvimento do método histórico-crítico nos trabalhos de Baumgarten e Semler.

O Movimento Romântico tomou um caminho diferente no estudo do passado. De forma geral, isso foi tipificado por uma apreciação mais profunda pelo passado em seus próprios termos e por um maior reconhecimento de como o meio histórico molda os indivíduos. O livro de Johann Gottfried Herder,³¹ *Idéias para a Filosofia da História Humana* (1784-1791), foi especialmente influente nesse aspecto. Enquanto que o Iluminismo preferia analogias mecânicas, Herder enfatizava a analogia entre a história e as coisas vivas. Ao ver a história de forma orgânica, ele produziu um amor ao passado em sua inteireza, uma vez que se presume que não se pode destruir parte de um organismo vivo sem que seja destruído em seu todo.

O impacto das idéias de Herder no estudo da história da igreja pode ser visto em August Neander (1789-1850). Neander foi aluno da Universidade de Halle em 1806, e ali ele caiu sob a influência de Schleiermacher. Mais tarde,

²⁹ Ibid., p. 20-21.

³⁰ Ibid.

³¹ Este historiador é considerado o “Copérnico da história”.

em Göttingen, foi aluno do hebraísta Gesenius. Em 1813, ao publicar uma monografia sobre Juliano, o Apóstata, ele foi convidado para lecionar história da igreja na Universidade de Berlim, onde trabalhou até a sua morte em 1850. Leopold von Ranke (1795-1886) também estava na Universidade de Berlim nessa época. Seu trabalho enquanto historiador moderno é digno de nota, a começar por sua ênfase nas fontes originais. Ranke trouxe uma forte atitude de objetividade ao estudo da história. Com relação à sua famosa *História dos Papas*, dizia-se que, “mesmo escrita por um luterano alemão agradou a muitos católicos”. Neander é mais conhecido por sua *História Geral da Religião e da Igreja Cristã* (1826-1852), em vários volumes.

A sofisticação hermenêutica de Neander e sua relação com Schleiermacher são dignas de nota. Ele trabalha como historiador a partir de uma convicção que envolve a conexão interna entre a vida espiritual em Cristo e a pesquisa científica.

Nosso conhecimento aqui cai em um ciclo necessário. Para se entender história, pressupõe-se algum entendimento do que constitui seu princípio ativo; mas também é a história que nos abastece do teste apropriado através do qual podemos dizer se esse princípio foi corretamente apreendido.³²

A organização dos materiais em Neander é superior à de Mosheim. Ele reúne todos os dados que tem sobre um único tópico – perseguição, por exemplo – em um lugar só, e então cobre um longo espaço de tempo, dentro de fronteiras razoáveis. Encontra-se em Neander a adoção de categorias vitalísticas e orgânicas como forma de construir o desenvolvimento histórico. Existe, além disso, uma forte ênfase na importância de fontes primárias e documentação acurada. E assim como aqueles que o precederam, ele adota uma separação entre doutrina e piedade que o habilita a julgar um movimento favoravelmente sem concordar com ele teologicamente. Todas essas características juntas trazem o estudo da história da igreja ao mundo moderno.

Neander exerceu boa influência sobre o seu amigo Friedrich A. G. Tholuck (1799-1877), professor de teologia na Universidade de Halle. Tholuck ministrou uma série de palestras nessa universidade em 1841-42 que foram traduzidas para o inglês e publicadas como *Theological Encyclopedia and Methodology*. Edwards A. Park, o tradutor, destacou que o sistema ali adotado “foi, sob alguns aspectos, muito mais científico e extensivo que aquele adotado em outras terras”. Em suas palestras, Tholuck expõe as principais atividades de alguém que quer ser “um digno historiador da igreja”. Primeiro, ele “deve consultar as autoridades originais”. O segundo pré-requisito para um historiador que “aspira ser mestre de sua arte” é que ele exponha os fatos individuais “com indivi-

³² NEANDER, *General history*, vol. 1, p. 1.

dualidade de estilo; ele descreve os tempos e as pessoas em detalhes e não em geral”. Um terceiro pré-requisito é que o historiador não tenha “preconceitos contra grupos”, apesar de que “preferências por grupos” se fazem importantes, pois sem um ponto de vista a história se tornará sem vida e sem cor.

Esta seqüência é continuada por Philip Schaff (1819-1893). Ele é considerado o pai da história da igreja americana não porque tenha escrito muito sobre a igreja americana, mas porque uniu os melhores avanços no estudo de história da igreja e estabeleceu novos padrões para a disciplina nos Estados Unidos. Em 1846 ele publicou um ensaio intitulado *What is Church History?*, com o subtítulo “*A vindication of the idea of historical development*” (Uma defesa da idéia de desenvolvimento histórico). Aqui ele escreve em crônicas a sua dependência de Herder, Neander e Tholuck, e estabelece o seu próprio entendimento da história da igreja, chamado “perspectiva católico-reformada”. O ensaio de Schaff é valioso ainda hoje, e provavelmente nunca será substituído enquanto uma boa leitura da história da igreja. Apesar disso, ao mesmo tempo em que Schaff representa o melhor da historiografia pós-iluminista, a influência de Hegel foi tão penetrante que o seu trabalho tem pelo menos três fraquezas características, todas relacionadas aos esquemas de Hegel e ao otimismo típico do século 19. Schaff entende a história em termos de uma melhoria constante, o que o torna ingenuamente otimista. Enquanto, por um lado, ele enxerga claramente as diferentes formas de usar a idéia do desenvolvimento orgânico (ele sugere que se compare Neander com F. C. Baur³³), por outro lado crê que o cristianismo nunca perde, nem pode perder, nada de real valor. Em segundo lugar, o historiador é capaz de compreender verdadeiramente os eventos do passado e desdobrá-los da forma exata como eles eram originalmente, diante dos olhos dos leitores. Por fim, Schaff é por demais otimista no que diz respeito à habilidade do historiador em discernir a mão da providência e o espírito que guia o cristianismo na história. Desde meados do século 19 os historiadores têm sido muito mais sóbrios com relação à probabilidade de se discernir o desfecho final, a exatidão factual e as causas internas dos eventos históricos.

Não obstante, os estudos históricos atingiram um nível de maturidade nos meados do século 19 que em muitos aspectos não foi ultrapassado até os dias de hoje. Em termos de utilização de fontes primárias, energia no acúmulo dessas fontes, poder crítico ao compará-las e desprendimento na sua interpretação, as realizações de cem anos atrás, particularmente na Alemanha, são raramente ultrapassadas hoje. Sem dúvida, muito do que é escrito hoje está bem abaixo dos padrões estabelecidos.

Na disciplina de história da igreja no século 19 essa ênfase na possibilidade de desprendimento e da descoberta da verdade sobre o passado tornou-se cada

³³ F. C. Baur (m. 1860), professor em Tübingen, aplicou a crítica histórica à Bíblia e foi muito influente como historiador do dogma. Cf. HÄGGLUND, Bengt. *História da teologia*, 6 ed. Porto Alegre: Concórdia, 1999, p. 325.

vez mais central. Percebe-se um grande otimismo sobre o que o historiador pode realmente alcançar. Em 1851, Henry Boynton Smith escreveu um artigo intitulado “A natureza e o valor da ciência da história da igreja”. Smith demonstrou uma grande confiança na possibilidade de objetividade histórica: “A primeira tarefa do historiador é apresentar os fatos na sua ordem de ocorrência”. A tarefa seguinte é verificar o passado; o passado deve viver novamente a cada página histórica. O historiador na verdade pode apresentar o passado de tal forma que nós podemos ler os eventos de forma melhor que o fizeram os seus próprios atores. Além dos fatos o historiador deve descobrir e organizar os eventos segundo a luz de suas leis e princípios. E isso ele deve buscar com um espírito indutivo paciente, simpático, reverente e verdadeiro. E por fim o historiador deve saber discernir os fins que as leis gerais ou os princípios produzem. Assim as leis gerais da história devem ser deduzidas a partir dos fatos e a partir destes deve-se inferir os fins aonde eles querem chegar. Estes são os grandes ingredientes da “história científica”.

Essa era uma visão confiante, e porque não dizer “audaciosa”, que caracterizou muito dos colegas de Smith. A história científica da igreja parecia ser excessivamente confiante no que diz respeito tanto à natureza da pesquisa, ou seja, esclarecer os “fatos”, quanto à consequência dos resultados, o que significava estabelecer leis gerais de desenvolvimento.

A preocupação científica com a objetividade também foi característica de boa parte do fim do século 19.³⁴ Pela virada do século, a ênfase na objetividade e na apuração dos fatos levou muitos historiadores a um entendimento explicitamente secular da história da igreja. Aqui, todas as pressuposições teológicas deveriam ser eliminadas do estudo da história da igreja. Apesar desse ser um passo muito mais largo do que Neander, Tholuck e Schaff conceberam, ele pode ser deduzido logicamente da ênfase sobre a objetividade e o desprendimento.

Houve muitos historiadores da igreja que continuaram a aceitar a realidade das causas espirituais e falaram da atividade de Deus na história. Mas aqueles

³⁴ Alguns teóricos das mais importantes escolas historiográficas são: Historiografia alemã: Barthold Niebhur (1776–1831), Leopold von Ranke (1795–1886), Theodor Mommsen (1817–1903), Karl Marx (1818–1883), Friedrich Engels (1820–1895), Johann Gustav Droysen (1838–1908), Friedrich Meinecke (1862–1954), Karl Alexander von Müller (1882–1964) e Walter Frank (1905–1945), estes dois últimos representantes do nazismo na historiografia alemã. Historiografia francesa: Augustin Thierry (1795–1856), Jules Michelet (1798–1874), Fustel de Coulanges (1830–1889), Jean Jaurès (1859–1914), Henri Berr (1863–1954) e Fernand Braudel (1902–1985). Historiografia inglesa: Thomas Carlyle (1795–1881), Thomas Babington Macaulay (1800–1859), Henry Thomas Buckle (1821–1862), Lord Acton (1834–1902), John Bagnell Bury (1861–1927), George Unwin (1870–1925), John Harald Clapham (1873–1946), George Macaulay Trevelyan (1876–1962) e Lewis Bernstein Namier (1888–1960). Historiografia norte-americana: Frederick Jackson Turner (1861–1932), James Harvey Robinson (1863–1936), Charles Austin Berard (1874–1948), Thomas Cochran, Jacques Barzun, C. Vann Woodward, Richard Hofstadter (1916–1970), Harold Perkins e Robert William Fogel. Cf. STERN, Fritz (Org.), citado por SILVA, *História da historiografia*, p. 107.

que assim o fizeram de 1880 em diante falaram com muito menos confiança do que seus antecessores do meio do século 19. No trabalho de Williston Walker, *História da Igreja Cristã*, publicado pela primeira vez em 1918, pode-se detectar “a ausência de qualquer sentido dos seus escritos que viesse do interior da igreja”. Desde 1900 mais ou menos até 1930 os historiadores da igreja americana deixaram de falar em providência ou leis gerais que poderiam ser deduzidas de dados factuais. Havia ainda, entretanto, grande confiança na história enquanto ciência e na habilidade do historiador de esclarecer os fatos. Encontram-se poucas exceções a essas generalizações, como os escritos históricos de Walter Rauschenbusch. Mas mesmo nesse caso, a exceção não foi tanto no aspecto de como ele interpretou a história da igreja, mas de como ele a aplicou. Rauschenbusch queria aplicar as lições da história especialmente às condições sociais do presente. Em particular, alguns estudiosos da Universidade de Chicago enfatizaram os aspectos sociais do cristianismo nas primeiras décadas do século 20, e eles tinham interesse especial em descobrir as causas naturais e ambientais para os desdobramentos da igreja. Até 1930, mesmo nos livros de um homem da igreja claramente devoto como William Warren Sweet havia muito pouco conteúdo teológico e interpretativo.

Em pesquisas sobre as tendências recentes, os estudiosos observaram uma mudança nessa abordagem a partir dos anos 30, claramente relacionada com o impacto da neo-ortodoxia nos Estados Unidos. Henry Bowden, por exemplo, descobriu que após os anos 30 as novas ênfases em história da igreja foram paralelas a desdobramentos semelhantes no estudo da história secular, podendo ser convenientemente resumidas em quatro categorias gerais: uma nova ênfase cultural, a maior importância da significação teológica da história da igreja, apreciação pelo papel da igreja em preservar valores culturais e uma nova ênfase à importância das idéias ao se explicar o passado da igreja. Assim, ao entrarmos no período de 1933 a 1950, historiadores como John T. McNeill (Union), Sidney E. Mead (Chicago), James Hastings Nichols (Chicago e depois Princeton) e Cyril Richardson (Union) todos defenderam a importância de dar um sentido à história da igreja. Richardson, por exemplo, escreveu que o historiador da igreja

não pode, se ele tenta escrever a história sacra em seu sentido pleno, contentar-se em se confinar ao mero registro de eventos que é o que nós conhecemos hoje como história científica; ele tem que contar a história relacionando-a com o pano de fundo de seus significados mais definitivos.³⁵

Além do que já foi dito, pode-se concluir esta seção destacando alguns documentos que são importantes para se ter uma noção geral da história. Um deles é *Idéia de História*, de R. G. Collingwood. Outro livro muito apreciado

³⁵ BRADLEY e MULLER, *Church history*, p. 23.

é *Que é História*, de E. H. Carr. Mais atualmente desponta Peter Burke com *História e Teoria Social*, *História do Conhecimento* e outros. Burke tem se destacado no Brasil lançando quase que mensalmente excelentes livros na área de história e temas sociais. Há também *Os Métodos da História*, de Ciro Flamarion e Hector P. Brignoli, bastante recomendado para quem se interessa pelo tema. O livro de Otto A. Piper, *A Interpretação Cristã da História*, merece ser lido. Outros textos bastante atuais são: *Domínios da História*, produzido por Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, e *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, organizado por Marcos Cezar de Freitas. Sugestões adicionais de leitura envolvem trabalhos como *História da Vida Privada no Brasil*, Coleção Temas Brasileiros da Universidade de Brasília, Coleção Reconquista do Brasil (Itatiaia/Edusp), Revista USP, *Nossa História* da Biblioteca Nacional e *Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo*.

4. HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A importante *Revista de História*, publicação trimestral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Sociedade de Estudos Históricos,³⁶ continua sendo uma fonte de documentação primária séria e de grande valor acadêmico. Ela foi utilizada como objeto de análise e serviu, aqui, para provar a hipótese da “ausência da cultura protestante na historiografia brasileira”.³⁷ Essa revista oferece ao pesquisador muitas possibilidades de estudo, por conter valiosas abordagens no campo da historiografia. Infelizmente, não é possível descrever aqui com detalhes os assuntos que foram tratados ao longo das décadas por professores de inigualável valor. Tendo a oportunidade de consultar o material, o leitor verificará a sua qualidade.

Aproximadamente 70 números da revista foram analisados com o objetivo de se verificar os temas relacionados aos aspectos religiosos do povo brasileiro e se houve ou não algum tipo de debate sobre a contribuição dos protestantes na formação do caráter nacional. Os números selecionados foram do início

³⁶ No Brasil, particularmente na Universidade de São Paulo, o peso da influência européia (sobretudo de origem francesa) foi significativo nesse campo de estudos. Podemos destacar três obras de professores estrangeiros que lecionaram em cursos superiores de história e produziram textos com uma perspectiva da história geral da historiografia. Em primeiro lugar, o professor José van Besselaar, flamengo, que na primeira parte de sua obra *Introdução aos Estudos Históricos* (1956), sob o título “Da Mitologia à Ciência Histórica”, faz um resumo da história geral da historiografia. Outra obra é de autoria do professor francês Jean Glénisson. O terceiro professor estrangeiro é o português Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980). Os três autores produzem a história da história na universidade brasileira. Cf. SILVA, *História da historiografia*, p. 94-95.

³⁷ Alguns números da série analisada destacaram temas relacionados à religião. Ver *Revista de História*, volume XII, ano VII, nº 26, abril-junho 1956, 2ª Parte: PIPER, Otto A. A interpretação cristã da história (V), p. 27, e (VI), p. 313-340, e ainda MATOS, Odilon Nogueira de. Música religiosa inglesa do século XVII, p. 237.

da década de 1950 até o volume 104 do ano de 1975. Assim sendo, foram analisados aproximadamente 25 anos de produção histórica de pensadores predominantemente ligados à Universidade de São Paulo.

O rol dos temas é variado e bastante atual para o período. Pode-se dizer que se trata de uma obra de vanguarda e fundamental para a educação nessa área. Ao pesquisar o material, de imediato se conclui que o fenômeno religioso nesse período é relativamente ignorado, principalmente considerando que nas décadas de 60 e 70 ocorreu uma verdadeira explosão da religiosidade conhecida como “pentecostal”. No entanto, nenhuma referência é feita a esse movimento, como também a outras formas de prática religiosa. Esporadicamente encontram-se artigos em que o campo religioso é tratado pela perspectiva católica e um pouco distante da realidade nacional. Alguns exemplos são os seguintes. O número 16, volume VII (outubro-dezembro 1953), apresenta um texto de Mario Lacerda de Melo sobre os holandeses e portugueses.³⁸ Os holandeses são tratados meramente como invasores. O número 78, volume XXXVIII (abril-junho 1969), traz dois artigos sobre religião, no entanto distantes da realidade brasileira. De Jorge Bertolaso Stela, “Religião e história”, e de Nachman Falbel, “As heresias dos séculos XII e XIII”. Um artigo de Maurice A. Lubin, encontrado no número 84 (outubro-dezembro 1970), tem como título “Os primórdios da igreja no Novo Mundo”. O texto “Expansão da igreja no Brasil independente”, escrito pelo padre Hélio Abranches Viotti, foi publicado no número 92, volume XLV (outubro-dezembro 1972). Outros títulos poderiam se incluídos nesta relação; todavia, não mostram qualquer tipo de ligação com a cultura religiosa do Brasil. Parece que efetivamente estamos diante de uma religião recalcada.³⁹

Outra revista que merece destaque é *Nossa História*, trabalho primoroso editado mensalmente pela Biblioteca Nacional, que hoje se encontra no número 15. Os artigos são ricos e de grande relevância não só para a sociedade como para aqueles que amam a pesquisa histórica. Até o momento nenhum artigo debateu com profundidade o catolicismo, o protestantismo e as demais manifestações religiosas. Como se trata de publicação muito recente, resta aguardar as próximas edições e verificar até quando a lacuna permanecerá.

A realidade brasileira apresenta quadros alarmantes, cheios de tabus e preconceitos quanto ao assunto. Cristianismo, catolicismo e principalmente

³⁸ “Um momento particularmente rico e pouco estudado de nosso passado religioso foi o do período holandês em Pernambuco, entre 1630-1654, em especial porque foi o único em que católicos, calvinistas e judeus conviveram livremente no Brasil colonial. Os calvinistas, de diversos matizes, chegaram a estabelecer um Sínodo, dois presbitérios e mais de 22 congregações, nos anos de 1640. Os judeus portugueses vieram de Amsterdã e fundaram duas sinagogas, uma no Recife, outra em Maurícia, e conseguiram converter muitos cristãos-novos à religião dos ancestrais. Os católicos ali permaneceram com o aval dos holandeses, à exceção dos jesuítas. Faziam suas procissões e festas para desespero dos ministros protestantes”. VAINFAS, Ronaldo. Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 28/11/2004.

³⁹ Título de artigo do professor Ronaldo Vainfas.

protestantismo são temas sobre os quais não se ouve e não se debate. Isso significa que, dentro da variada e erudita produção acadêmica e científica brasileira, muito pouco se escreveu ou traduziu sobre tais questões.⁴⁰

A academia brasileira e os formadores de opinião em nenhum momento produziram uma análise consistente dos movimentos religiosos estabelecidos no Brasil. A questão é muito séria pelo fato de evidenciar que, no Brasil, os estudiosos não demonstram qualquer tipo de preocupação pela contribuição dos religiosos. É como se os elementos religiosos em nenhum momento fizessem parte da formação da sociedade brasileira. Historiadores como Gandavo, Fernando Cardim, Antonil, Varnhagen, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Alcântara Machado, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Victor Nunes Leal, Clóvis Lugon, Jacques Lambert, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo e Pedro Calmon, entre outros, não deixaram para a posteridade nenhum trabalho de reconhecido valor no campo das religiões. A questão levantada aguarda uma resposta, que evidentemente não é simples de fornecer.

Sendo a cultura brasileira herdada dos portugueses, a relação entre a igreja e o estado teve aqui os seus momentos de paz. Porém, houve situações de desacordo e até de oposição que resultaram em lutas, como a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses no século 18. Os dissabores dessa tumultuada relação foram vividos no Brasil. A quase inexistente construção da historiografia na área de história da igreja no Brasil encontra-se praticamente nas mãos de historiadores em geral católicos e agnósticos.⁴¹ Os poucos livros sobre a história da igreja no Brasil privilegiam, sem constrangimento algum, a tradição católica romana. Os protestantes são sempre vistos como seitas agressoras e intrusas, sem qualquer tipo de relação com a cultura brasileira.

A nossa cultura produziu um distanciamento entre a sociedade e as obras literárias. Pouco se lê, as pesquisas são raras e o interesse pelos documentos é cada vez menor. A busca de documentos no contexto brasileiro ainda é lenta e defeituosa. Há grandes dificuldades quando se trata de fazer pesquisas sérias e com critérios científicos. Não bastasse esse problema, outros surgem em nosso cenário causando desalento. Aponta-se uma história cujas interpretações amadoras e viciadas remetem a inverdades e dúvidas. A historiografia brasileira recebeu ao longo dos anos forte influência de determinados segmentos que

⁴⁰ Com a invenção da imprensa, começam a proliferar panfletos, textos e livros sobre temas diversos, e em pouco tempo idéias críticas da religião e do Estado disseminaram-se por toda a Europa. O livro tornou-se um perigo e combatê-lo foi um imperativo básico do regime. Cf. NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado e FAPESP, 2002, p. 28.

⁴¹ Rogério Forastieri da Silva enfatiza a “função político-ideológica da história, predominantemente posta a serviço deste ou daquele regime político ou ideologia”. *História da historiografia*, p. 156.

manipularam intensamente o imaginário dos brasileiros. Conseqüentemente o que foi herdado como história do Brasil precisa ser revisto. Inicialmente, o jesuitismo monopolizou as inteligências e produziu lideranças antidemocráticas, contrárias ao liberalismo filosófico e violentamente opostas a tudo que questionasse a religião oficial. Depois chegaram os conceitos positivistas comteanos, marxistas e socialistas, ideologias não receptivas aos fenômenos religiosos.

“É verdade”, diz Ronaldo Vainfas, “que, sobretudo em relação ao período colonial, alguns historiadores têm procurado, nos últimos 20 anos, descortinar temas e fontes até então esquecidos”.⁴² No entanto, a pesquisa é muito rudimentar e são poucos os trabalhos na área. Imagine-se o grau de confiança que essa historiografia transfere ao leitor. O estudioso precisa olhar sempre para ela com a desconfiança acadêmica e investigatória, jamais abrindo mão da tranqüilidade produzida pelo rigor acadêmico.

Autores como Wilson Martins, José Murilo de Carvalho, Thomas Skidmore, Lília Moritz Schwarcz, Ronaldo Vainfas e Laura de Mello e Souza,⁴³ entre outros, têm produzido, na atualidade, obras históricas que se desprendem de certas autoridades, fixando sua âncora em novas descobertas e interpretações. A sábia proposição “quem quer fazer história deve documentar”,⁴⁴ citada muitas vezes pelo Dr. Boanerges Ribeiro, precisa ser absorvida com urgência por todos os que lidam com esta ciência. A irresponsabilidade de muitos que se ocupam desse ofício poderá levar uma ou mais gerações a entendimentos equivocadas do nosso passado. Apenas com novas atitudes se poderá construir a história da igreja brasileira. Ela é rica e diversificada, porém está apenas começando.

Alguns livros foram selecionados e classificados. No rodapé estão aqueles disponíveis, que se encontram com certa facilidade no comércio e são considerados por alguns como os clássicos de nossa historiografia.⁴⁵ Mas estão

⁴² *Folha de São Paulo*, 28/11/2004.

⁴³ *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* é hoje um livro clássico sobre feitiçaria e práticas mágicas. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 28/11/2004.

⁴⁴ “Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar”. Cf. MARROU, H.-I. *Do conhecimento histórico*. 7ª ed. Lisboa: Martins Fontes, 1975, p. 61.

⁴⁵ Pero de Magalhães Gandavo, *História da Província de Santa Cruz* (1576); Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). Gabriel Soares de Sousa chegou ao Brasil em 1569 e foi senhor de engenho na Bahia. Escreveu *Tratado descritivo do Brasil*. O frei Vicente de Salvador (1564-1639), natural da Bahia, escreveu *História do Brasil: 1500-1627*. Frei André Thevet (1502-1590), de Angoulême, foi autor de *As singularidades da França Antártica*. O inglês Henry Koster, nascido em Portugal, escreveu *Viagens ao Nordeste do Brasil*. A *História do Brasil* escrita pelo comerciante inglês John Armitage foi publicada em Londres em 1836 e traduzida no Brasil em 1837. A primeira edição de *Cartas do Solitário*, de A. C. Tavares Bastos, foi publicada em 1862. De Rocha Pombo temos *História do Brasil*. Esse autor analisa o Brasil desde o período colonial até o centenário da independência. Foi publicado por W. M. Jackson em 1959, com 5 tomos e 2198 páginas. A *História do Brasil* de Pedro

longe de ser a sua totalidade. Os leitores encontrarão facilmente as bibliografias citadas em boas bibliotecas do país e poderão ao mesmo tempo, após consultas e leituras, chegar às suas próprias conclusões.

Não se pretende mostrar uma anatomia completa das obras e seus criadores. Antes de qualquer coisa, a intenção é apresentar aos nossos leitores essas obras, observando que a temática relacionada aos protestantes não se encontra em suas análises. A observação é mais de cunho histórico e classificatório.

5. HISTORIOGRAFIA ECLESIASTICA BRASILEIRA

Hoje a censura aos protestantes é sutil, silenciosa e preconceituosa.⁴⁶ Se não existe mais o Desembargo do Paço,⁴⁷ a Inquisição e o Ordinário, preva-

Calmon foi editada pela Livraria José Olympio. Américo Jacobina Lacombe é autor de *Introdução ao Estudo da História do Brasil. História do Brasil* de Hélio Vianna apresenta o seguinte plano: vol. 1 – Período Colonial; vol. 2 – Período Colonial e Monarquia; Vol. 3 – Monarquia e República. Nesse volume, o capítulo X é destinado à igreja no Brasil. A obra analisada está na décima edição, em 3 volumes. Publicada pela Edições Melhoramentos em 1972, com 1102 páginas, a produção de Hipólito José da Costa é insuperável. É fundamentalmente jornalística e política. É intitulada *O Correio Brasiliense*, do qual saíram à luz vinte e nove volumes (desde junho de 1808 até fins de 1822). *A Pesquisa Histórica no Brasil e Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* são obras fundamentais de José Honório Rodrigues. João Alfredo Libânio Guedes e Joaquim Ribeiro escreveram *A União Ibérica e Administração do Brasil Holandês*. Outras obras significativas são *Capítulos de História Colonial* (1907), de Capistrano de Abreu, e *Retrato do Brasil* (1928), do discípulo e mecenas de Capistrano, Paulo Prado. João Pandiá Calógeras escreveu *Formação Histórica do Brasil*. Trata-se de uma obra clássica. *Vida e Morte do Bandeirante* (1929) foi escrita por José de Alcântara Machado de Oliveira. O marco inaugural nas análises da cultura brasileira seria *Casa Grande & Senzala*, estampada em 1933. Trata-se de obra híbrida de tradição e inovação, em muitos pontos nostálgica de um Brasil que chegava ao fim – o de antes de 1930, visto por Gilberto Freyre. *Raízes do Brasil* (1936) é de autoria de Sérgio Buarque de Holanda. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* congrega a elite intelectual do país. A partir de 1960, começaram a ser publicados os volumes da *História da Civilização Brasileira*, coleção dirigida por Sérgio Buarque de Holanda até o fim do segundo reinado e a seguir por Boris Fausto. Em 1945, foi publicada *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado. Em 1957, Leôncio Basbaum publicou *História sincera da República*.

⁴⁶ A censura teve papel preponderante para reprimir e controlar o pensamento. O estabelecimento dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição em 1536 possibilitou que medidas proibitivas fossem adotadas, punindo-se como crime o livre pensar e escrever. “Quando este tribunal foi estabelecido na Espanha, Inocêncio VIII criou a primeira Constituição papal regularizando a censura prévia, e no século XVI a Comissão de Bispos, nomeada pelo Concílio de Trento, publicou o *Index Librorum Prohibitorum*, que estabeleceu que os governos católicos da Europa fariam sua censura de acordo com a Igreja”. Cf. NOVINSKY, Os regimes totalitários e a censura, p. 25-26.

⁴⁷ “As deliberações do Concílio de Trento foram prontamente aceitas, sem reticências, em Portugal e Espanha. Em Portugal, antes mesmo de Trento, desde 1517, o Ordinário incumbia-se da censura em todo o país. A atividade censória, contudo, ainda no século XVI, passou a ser compartilhada com outros tribunais, não constituindo, portanto, monopólio do Ordinário: a Inquisição, a partir de 1536, à qual coube um papel importantíssimo, e o Desembargo do Paço, depois de 1576. Esse sistema de triplice censura perdurou até 1768”. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado e FAPESP, 2002, p. 50.

lece o ignorar, fazer de conta que não existe e a marginalização. Os grandes pensadores nacionais desde o período colonial até o presente nunca levaram a sério o importante papel que os protestantes desempenharam na construção do Brasil. É preciso perguntar por que os formadores de opinião abrem espaço para tudo o que é exótico, esdrúxulo, hermético, e para o protestante não. Deixam que o inusitado, o improvável, o relativo e o estranho tenham fluidez constante nos meios de comunicação, como se fossem as coisas mais normais de uma sociedade! As instituições que dominam a imprensa no país nenhum espaço oferecem aos protestantes, negando-lhes aquilo que outros movimentos de caráter religioso possuem de sobra.

A questão que se levanta e que tem sua importância diz respeito aos intelectuais. Qual a origem dessa cultura antiprotestante? Quando foi incorporada pelos pensadores e pelas instituições brasileiras? É evidente que a relação precisa ser feita com a natureza da colonização e com a mentalidade dos colonizadores. Ao longo das gerações o protestantismo continuou representando invasão, agressividade, risco! No Brasil, o asiático, o indiano, o africano são vistos com muita naturalidade, como se as suas culturas já estivessem incorporadas. Todavia, os protestantes brasileiros são vistos preconceituosamente como se fossem uma raça estranha, ligada aos americanos ou aos ingleses.

Estas são algumas questões que se levantam. A atitude dos nossos políticos e intelectuais, e o senso comum frente a assuntos relacionados ao protestantismo,⁴⁸ sempre foi de indiferença. Nas páginas de nossa literatura histórica clássica nunca o protestantismo foi visto como um elemento agregador, possibilitador e formador, mesmo que de forma auxiliar, da cultura brasileira.

Anteriormente a Bíblia distribuída pelos protestantes era considerada falsa. Conseqüentemente, a literatura produzida por eles sempre foi objeto de crítica. Somente agora a produção literária protestante ganha o mercado. Dito de outra forma, qualquer pessoa pode comprar livro evangélico no supermercado, na livraria, no Metrô, pela Internet etc. Outra possibilidade para se entender a questão deve ser o cuidado que nossos intelectuais tem com os seus leitores e ouvintes. Querem ser ouvidos e para isso lidar com assuntos que contrariam a normalidade do cotidiano das pessoas seria colocar sua reputação em risco e possivelmente ser ignorados. Conseqüentemente, o protestantismo, que não é um tema que desfruta de unanimidade, sempre estará à margem das discussões. Talvez por ser assunto marginal na história brasileira, exceto em casos raros,

⁴⁸ Os conceitos reformados sofreram ao longo dos séculos grande oposição. Observe-se o que comenta Peter Burke: “O Índice parece ter sido criado como um antídoto para o protestantismo e a imprensa. Na Reforma, os protestantes proclamavam que o conhecimento estava a seu lado. O Índice foi uma tentativa de enfrentar a imprensa com a imprensa, de controlar a publicação de livros”. *História social do conhecimento*, p. 130.

nenhuma grande editora teve a coragem de colocar no mercado brasileiro temas relacionados à igreja, principalmente no caso do protestantismo brasileiro.⁴⁹

O mercado editorial brasileiro não conhece a história protestante, seus autores, seus posicionamentos e pressupostos.⁵⁰ Há uma ignorância completa e assustadora do assunto. Acontecem casos isolados quando, ao serem traduzidos livros de autores renomados da Europa e dos Estados Unidos,⁵¹ chegam-nos capítulos com alguns temas relacionados ao renascimento, humanismo, reforma e líderes protestantes.

Outra pergunta que se levanta é: Como o protestantismo se vê? Até que ponto o protestante colaborou para essa visão surpreendente e distorcida que se tem dele? Essas são questões que ainda não foram respondidas.

Para concluir esta parte, observe-se o que ocorreu no último aniversário da Reforma Protestante. Esse importante evento, comemorado no último 31 de outubro, sequer foi mencionado na imprensa escrita. Basta consultar os jornais de São Paulo que circularam nesse dia, um domingo, para confirmar esse fato. Nenhuma linha foi escrita, nenhum registro foi feito – negligência completa. O programa “Fantástico”, exibido nas noites de domingo, seguiu o

⁴⁹ Algumas revistas protestantes acadêmicas ganham cada vez mais o respeito dos seus leitores pela sua seriedade e compromisso com a tradição protestante, e por oferecerem temas pertinentes e de grande valor.

⁵⁰ Algumas obras de cunho religioso que sobreviveram à indiferença são as seguintes: *As promessas da História* – discursos proféticos e assimilação no Brasil Colonial (1500-1700), de César Braga Pinto; *A elite eclesiástica brasileira*, de Sérgio Miceli; *Formação do catolicismo brasileiro: 1500-1800*, de Eduardo Hoornaert; *História da Igreja no Brasil*, de João Fagundes Hauck, Hugo Fragoso, Riolando Azzi, José Oscar Beozzo, Klaus van Der Grijp e Benno Brod; *A heresia dos índios, catolicismo e rebeldia no Brasil*, de Ronaldo Vainfas; *Fontes da história da igreja católica no Brasil*, de José Carlos de Macedo Soares; *O regalismo brasileiro*, de Brasil Gérson (análise das relações entre o Estado e a Igreja quando o Brasil tinha uma religião oficial); *A Igreja e a República*, de Júlio Maria (1850-1916); *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. A história do pensamento filosófico-religioso no Brasil colônia é dos temas mais pobres em nossa literatura; José Ferreira Carrato é um especialista de alto gabarito. *Igrejas de São Paulo*, de Leonardo Arroyo; *O diabo na livraria do cônego*, de Eduardo Frieiro – o ensaio que abre esse volume refere-se à biblioteca do Cônego Luiz Vieira da Silva; *Negócios jesuíticos* – o cotidiano da Administração dos Bens Divinos, de Paulo de Assunção; *História da Questão Religiosa no Brasil*, de Antonio Carlos Villaça, *Brasil: uma igreja diferente*, do padre José Narino de Campos; *O Estado laico e o projeto ultramontano*, de Riolando Azzi; *A Liberdade religiosa nas constituições brasileiras: um estudo filosófico-jurídico comparado*, de José Scampini; *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza; *Trópicos dos pecados*, de Ronaldo Vainfas.

⁵¹ Alguns autores timidamente avançam sobre o mercado brasileiro, e isso para o alívio dos que apreciam boas literaturas, bons temas em história, sociologia e filosofia, e o que é melhor, uma história sem tantos preconceitos: São eles: Montaigne, Giambattista Vico, Michelet, Dilthey, Bachelard, Norbert Elias, Paul Ricouer, Arnold Toynbee, Fernand Braudel, Foucault, Pierre Chaunu, Richard Popkin, Nicola Abbagnano, Julián Marías, Felipe Fernandez-Armesto, Paul Veyne, Mikhail Bakhtin, Martin Buber, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Bloch, Lucien Febvre, Paul Johnson, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, K. Mannheim, A. Momigliano, P. Áries, Bourdieu, M. Certeau, R. Chartier, J. Derrida, G. Duby, P. Gay, C. Geertz, J. Habermas, E.J. Hobsbawm, Jack Goody, Asa Briggs, Natalie Zemon Davis, Keith Thomas, Daniel Roche, Peter Burke, Robert Darnton, Carlo Ginzburg, Quentin Skinner.

mesmo procedimento. Nenhuma menção foi feita ao dia da Reforma.⁵² Pelo contrário, o grande tema na noite de 31 de outubro, com reportagem completa, foi a prática e o culto do Vodou haitiano. Seguindo o que foi falado anteriormente, o protestantismo e o protestante precisam fazer uma introspecção para descobrir qual foi o elo partido que resultou nessa cultura distorcida, esquecida e ignorada.

6. BREVE HISTORIOGRAFIA DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO

Reduzindo ainda mais a análise, observa-se que a história da igreja protestante no Brasil ainda está para ser feita. Os historiadores José Carlos Rodrigues, Vicente Themudo Lessa, Júlio Andrade Ferreira, Carl Joseph Hahn, Roger Bastide, Willian R. Read, Antonio Gouvêa Mendonça, Klaus van Der Grijp, Émile-G. Léonard, Duncan A. Reily, Boanerges Ribeiro, Frans Leonard Schalkwijk⁵³ e Alderi Souza de Matos, apesar dos anos que os separaram, tiveram a coragem de iniciar uma tarefa das mais difíceis no campo da pesquisa histórica e das ciências sociais. Começaram a escrever a história da igreja protestante no Brasil. Porém, ainda estamos falando de uma produção historiográfica mínima e rudimentar, que tem despertado pouco interesse em outras áreas do conhecimento. É bem provável que os estudiosos seculares e os intelectuais que promovem a pesquisa não tenham conhecimento algum dos documentos protestantes existentes. Conseqüentemente, ainda não há o que se esperar desses pensadores. A literatura protestante de cunho científico está a procurar seu espaço e afirmação no cenário brasileiro. É fato que atualmente alguns trabalhos monográficos e dissertativos têm sido defendidos em universidades brasileiras enfatizando aspectos da história dos protestantes na sociedade. Essas iniciativas estão totalmente revestidas pelo caráter provisório e temporário da pesquisa. Geralmente esses tipos de análises são reducionistas e seletivos. A seletividade da pesquisa é provavelmente o elo mais fraco. Cabe ao que se dedica a fazer pesquisas trabalhar com as especificidades e em outro momento com as generalidades, formando assim, no futuro, uma história completa e abrangente.

Através de uma produção acadêmica consistente e fidedigna nas diversas áreas da produção do conhecimento é possível recuperar na história brasileira os vestígios de documentos onde estão registrados os primeiros capítulos da história e do movimento dos grupos evangélicos.

⁵² “No Brasil colonial, a censura durou três séculos e foi total, sendo muito mais rigorosa do que na América espanhola. O medo de que idéias heréticas penetrassem no Novo Mundo foi o pesadelo dos inquisidores portugueses”. Cf. NOVINSKY, Os regimes totalitários e a censura, p. 26.

⁵³ Para Ronaldo Vainfas, “o livro de Frans Schalkwijk, *A Igreja e o Estado no Brasil Holandês*, é talvez o único a iluminar a missão calvinista no Pernambuco holandês”. Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 28/11/2004.

Pragmaticamente, observa-se que essa lacuna trouxe conseqüências nefastas para a cultura brasileira. No momento que se prega igualdade, pluralidade, alteridade, respeito às diferenças, respeito aos marginalizados, aos esquecidos e injustiçados, cometem a maior de todas as contradições. O resultado da indiferença aos movimentos religiosos provocou ao longo dos anos completo esquecimento e devastadora injustiça. As academias interessadas muito mais em uma sociedade tecnocrata, consumista, positivista e industrial, não trataram do religioso. Marginalizaram mais uma vez os elementos de cunho espiritual. Quando a academia se negou a tratar a religião como disciplina autônoma que possui o seu próprio quadro teórico e objeto de análise, criou-se uma cultura de repulsa ao espiritual. O preço que se paga atualmente é alto. Os manuais de história do Brasil que circulam pelas livrarias, e aqueles que são utilizados nas universidades e escolas, negam-se a trazer qualquer tipo de informação ou análise do fenômeno religioso do país. O protestantismo sequer é mencionado. E quando o é, tratam-no como seita estrangeira, agressora e invasora, uma verdadeira anomalia.

Como exemplo do que já foi dito, os livros de história utilizados pelos professores do ensino fundamental e médio nas boas escolas de São Paulo, na rede pública ou privada, não apresentam nenhuma análise consistente do catolicismo, e negam-se a comentar o protestantismo. Aquilo que é herdado pelos estudantes brasileiros, crianças e adolescentes, é a completa negação do direito que lhes é próprio, de conhecer esse patrimônio cultural. Negam-lhes o ensino da contribuição, herança e cultura de católicos, protestantes e outras manifestações religiosas. Por algum tempo acreditou-se que a realidade dos livros didáticos em salas de aula seria mudada pela atuação de professores conscientes do processo educacional. Puro engano. Os professores condicionados e adestrados pelas produções convencionais de mercado são incapazes de realizar uma pesquisa autônoma que possa modificar o quadro real e ofereça uma alternativa para a falta de conteúdos religiosos. A ineficácia se dá por diversos fatores: preconceito, comodismo, desinteresse e falta de incentivo à pesquisa, entre outros. O professor de história tem a obrigação de se desvencilhar desses manuais e produzir um conhecimento sem preconceitos, autônomo, independente, calcado em sólida documentação.

Outra questão que merece destaque é a própria situação do aluno protestante. Essa situação diz respeito à frustração que o envolve no processo ensino-aprendizagem. Ele inicia seus estudos no fundamental, passa pelo ensino médio e chega a universidade sem nunca ter visto, ou simplesmente ter sido incentivado a conhecer, suas tradições religiosas via academia. Quando o ensino religioso obteve simpatia por parte de alguns, o desequilíbrio foi estratosférico, pela ênfase exagerada dada a todas manifestações religiosas em detrimento do protestantismo. Os filhos dos protestantes terão que lidar com uma dualidade injusta de ter o privilégio de freqüentar uma escola, porém sem

nutrir a esperança de que as suas tradições religiosas algum dia servirão para um produtivo e fecundo debate em sala de aula.

Não existe nenhuma preocupação dos governos, sejam eles federais, estaduais ou municipais, em promover um debate democrático, legítimo e permanente que produza efeitos em nossa sociedade. Sociabilizar o conhecimento e torná-lo cada vez mais acessível é obrigação de cada cidadão brasileiro e principalmente das autoridades governamentais.⁵⁴

CONCLUSÕES

Este ensaio procurou destacar que entre as grandes lacunas das pesquisas para o desenvolvimento do país está a ausência da historiografia eclesiástica, principalmente a protestante. O debate sobre a questão deve ser permanente, uma vez que os temas religiosos, como foi colocado, estão à margem das reflexões acadêmicas. Se outras vozes que se preocupam com a questão forem somadas a esta, o ensaio não será em vão. Os estudiosos brasileiros possuem uma grande dívida para com a sociedade brasileira por não debaterem seus próprios fenômenos religiosos. A forma de se pagar essa dívida é resgatar para as temáticas da contemporaneidade a história e os pressupostos religiosos. É evidente que se espera uma história científica, cuidadosa e pautada em sólidos documentos de reconhecido valor. A sociedade brasileira, principalmente os interessados pelo assunto, não querem lidar com uma história amadora, inverídica e fragmentária, mais parecida com fabulas e construída sem métodos e documentos. Anseia-se pela verdade, por uma história verdadeira.

Aderir à pluralidade é uma condição indispensável para esse sondar das possibilidades de coexistência de diferentes valores e necessidades sociais que convivem entre si, mas não têm uma necessária coerência. Trata-se, na

⁵⁴ Segue lista de algumas obras onde se encontram temas protestantes: *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, tem valor excepcional como documento histórico, etnográfico e até musical; *Formação da igreja evangélica no Brasil*, de Hans-Jürgen Prien; *Rostos do protestantismo latino-americano*, de José Miguez Bonino; *O Brasil e os brasileiros*, de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher; *Diário: 1852-1867*, de Ashbel G. Simonton; *Annaes da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo (1863-1903)*, de Vicente Themudo Lessa; *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*, de Júlio Andrade Ferreira; *Profeta da unidade: Erasmo Braga, uma vida a descoberto*, de Júlio Andrade Ferreira; *História do culto protestante no Brasil*, de Carl Joseph Hahn; *Fermento religioso nas massas do Brasil*, de William R. Read; *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, de David Gueiros Vieira; *O protestantismo brasileiro: estudo da eclesiologia e história social*, do professor Émile-G. Leonard; *O Iluminismo num protestantismo de constituição recente*, de Émile-G. Leonard; *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*, de Antonio Gouvêa Mendonça. O Prof. Mendonça contribui com *Protestantes, pentecostais & ecumênicos* e é co-autor com Prócoro Velasques Filho de *Introdução ao protestantismo no Brasil. História da evangelização do Brasil*, de Elben M. Lenz César. Boanerges Ribeiro produziu vários trabalhos importantes: *O protestantismo no Brasil monárquico*; *O padre protestante* (biografia do ex-padre José Manuel da Conceição); *José Manoel da Conceição e a reforma evangélica*; *Igreja evangélica e república brasileira (1889-1930)*; *Protestantismo e cultura brasileira*; *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da autonomia ao cisma*.

historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Do passado, na verdade, vislumbramos temas e fragmentos de experiências que o presente nos permite entrever. Esses temas e fragmentos, por sua vez, mudarão com a linha do horizonte do nosso conhecimento, que nunca é fixo.⁵⁵

A nova historiografia propõe um caminho, privilegia particularidades nacionais e recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses e das generalizações teóricas – que certamente trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do país –, os pesquisadores da área devem buscar hoje a “reconstituição histórica concreta” dos vários temas esquecidos de nossa história.⁵⁶ Encerra-se este artigo resgatando um princípio antigo da sociologia muito pertinente para esta linha de pesquisa: “No respeito ao individual é que se constrói o social”.⁵⁷

ABSTRACT

From Eusebius of Caesarea up to the Enlightenment, ecclesiastical historiography played an important role in Western thought. In the following centuries, it became more critical and scientific. As far as Brazil is concerned, its religious historiography is still being developed. The author argues that the research in the field of Brazilian religiosity is very limited. Since Protestantism and Catholicism are a part of the national background, they deserve a special kind of analysis with secure, scientific foundations. Maintaining this methodology, the historiography of religion will contribute to the understanding of the elements that shaped Brazilian society.

KEYWORDS

Historiography; Church historiography; Censorship; Protestant historiography; Protestantism and Catholicism.

⁵⁵ SILVA DIAS, Sociabilidades sem história, p. 58-59.

⁵⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 184.

⁵⁷ “Da urdidura dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida, que traduzem necessidades sociais”. SILVA DIAS, Sociabilidades sem história, p. 58-59.